



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O
CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de
37 Joaquim Levy, tem sentido.

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que
- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
 - (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
 - (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
 - (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
 - (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.
02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
 - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
 - (C) um integrante do governo (linha 18).
 - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
 - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
 - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
 - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
 - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
 - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconsequentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povo.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
 - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
 - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
 - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
 - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
 - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
 - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.

- (B) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque expressões adverbiais, sejam quais forem, não são virguladas.
- (C) O uso de somente uma vírgula, depois da primeira ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramatical e semanticamente.
- (D) O uso de somente uma vírgula, depois da segunda ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramaticalmente.
- (E) As duas vírgulas utilizadas estão bem empregadas porque a expressão adverbial, de longa extensão, está deslocada de sua posição preferencial (fim do período) para o meio dele.
07. Levando-se conta o trecho "E a imporia com Mantega ainda como ministro" (linhas 29 e 30), marque a opção em que há uma preposição que substitua, sem prejuízo gramatical e com a menor variação de significado, a preposição 'com' do referido trecho.
- (A) em.
- (B) por.
- (C) a.
- (D) de.
- (E) pelo.
08. Dado o contexto geral do texto, a proximidade semântica do vocábulo 'temeridade' (linha 20) se dá mais com a ideia de:
- (A) Imprudência.
- (B) Medo.
- (C) Desatino.
- (D) Perigo.
- (E) Despropósito.
09. Das formas acentuadas abaixo, a única que NÃO poderia vir sem acento, no caso de mudança de classe gramatical, é:
- (A) 'unânime' (linha 02).
- (B) 'até' (linha 04).
- (C) 'política' (linha 06).
- (D) 'útil' (linha 09).
- (E) 'lá' (linha 25).
10. Ao utilizar formas verbais como 'expõe' (linha 08), 'espera' (linha 08), 'imporia' (linha 29), 'Recebeu' (linha 33) e 'agiu' (linha 36), o autor
- (A) faz uso da elipse do sujeito a fim de proporcionar a progressão textual, pois evita a repetição de expressões facilmente recuperáveis pelo contexto.
- (B) demonstra não ter um grande acervo lexical que lhe pudesse ajudar no preenchimento dos sujeitos ocultos.
- (C) intenta obscurecer ao leitor informações importantes do texto.
- (D) suprime, intencionalmente, o nome do ministro Nelson Barbosa, no intuito de lhe preservar a identidade.
- (E) tenciona testar a capacidade de análise sintática de seus leitores, no momento em que eles encontram os sujeitos ocultos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Leia as afirmativas a seguir sobre os componentes de um computador:
- I. O Scanner é um dispositivo que "varre" o computador em busca de vírus;
- II. USB (Universal Serial Bus) é um tipo de conexão que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador;
- III. SSD é um tipo de dispositivo, sem partes móveis, para armazenamento não volátil de dados digitais que pode substituir o HD (disco rígido).

Assinale a opção que corresponde à(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.

- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

12. Assinale a opção que NÃO corresponde a um software que compõe uma suíte de escritório (Microsoft Office, Open Office/BrOffice):

- (A) Excel.
- (B) Access.
- (C) Impress.
- (D) PhotoShop.
- (E) Writer.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

O resultado da fórmula: =MÉDIA(A1:A4)+MÉDIA(A4:C4)-SOMA(A1:C1)+MÁXIMO(B1:B4) é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 8
- (E) 16

14. Analise as opções abaixo e assinale aquela que corresponde a um endereço eletrônico (e-mail) válido:

- (A) joao@
- (B) @joao.gmail.com
- (C) joao@gmail.com
- (D) www.joao.com.br
- (E) @joao

15. Pedro possui, em seu computador, 3 pastas (*pasta1*, *pasta2* e *pasta3*). Dentro de cada pasta, existe um arquivo. Na *pasta1*, há o *arquivo1*; na *pasta2*, o *arquivo2* e, na *pasta3*, o *arquivo3*. Pedro ainda executou as seguintes operações: o *arquivo1* foi copiado para a *pasta3* e o *arquivo3* foi recortado para a *pasta2*. Ele ainda renomeou o *arquivo2* para *arquivo-morto*. Assinale a opção que corresponde aos conteúdos da *pasta1*, *pasta2* e *pasta3* respectivamente:

- (A) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (B) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (C) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; vazia
- (D) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; vazia
- (E) vazia; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*

16. Dado o seguinte conceito: “Software malicioso que é instalado no computador sem o consentimento explícito do usuário que tem como objetivo alterar clandestinamente o comportamento do computador e que geralmente cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios”, assinale a opção que corresponde a este conceito.

- (A) firewall
- (B) vírus
- (C) backup
- (D) backdoor
- (E) spam

17. Assinale a opção que se refere ao dispositivo de “memória secundária” que é a parte do computador onde são armazenados os dados e o sistema operacional.
- (A) memória RAM
 - (B) memória ROM
 - (C) disco rígido
 - (D) memória Cache
 - (E) EPROM
18. Sobre o processo do boot de um computador, assinale a opção INCORRETA.
- (A) É o processo que carrega o sistema operacional para a memória do computador.
 - (B) O BIOS é um programa de computador pré-gravado em memória permanente (firmware) executado por um computador quando ligado, responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional.
 - (C) É no processo de boot que o sistema operacional deve carregar drivers de dispositivos (*device drivers*) e outros programas que são necessários para a operação normal de um computador.
 - (D) No processo de boot, somente um sistema operacional pode ser carregado por vez.
 - (E) O sistema operacional carregado no processo de boot tem que estar armazenado obrigatoriamente em um disco rígido.
19. Observe o texto abaixo formatado no Word 2010:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.

Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.

Com relação à formatação de fonte e de parágrafos do texto acima, assinale a opção CORRETA.

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
 - (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.
20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
 - (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
 - (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
 - (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
 - (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A entidade, por intermédio da contabilidade, assegura o controle do patrimônio e fornece as informações sobre a composição e variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas. Assinale a assertiva CORRETA.
- (A) O objeto da contabilidade é determinado em fornecer às pessoas interessadas informações sobre os bens e direitos da entidade.
 - (B) A contabilidade tem como função econômica efetuar o registro dos fatos contábeis, caracterizando a atividade empresarial evitando erros e fraudes.
 - (C) Os fatos contábeis de uma entidade, registrados para compor o resultado de um determinado período, são evidenciados pela ciência contábil.
 - (D) A contabilidade, como ciência exata, determina o resultado patrimonial de uma entidade em um período, com observação aos fatos contábeis do patrimônio desta.
 - (E) A evolução do objeto de uma entidade é verificada através das informações sobre sua composição e variações fornecidas pela contabilidade.
22. Com relação à especificação do estudo sobre o patrimônio empresarial, considera-se assertiva CORRETA.
- (A) O patrimônio é composto por elementos positivos e negativos. Os bens e direitos representam o aspecto positivo do patrimônio, as obrigações, o aspecto negativo. Nesse sentido, patrimônio de uma entidade é determinado por valores positivos de uma entidade.
 - (B) O patrimônio pode ser considerado do ponto de vista estático ou dinâmico. Sob a ótica daquele, a contabilidade estuda, controla, expõe e analisa os elementos patrimoniais; do ponto de vista dinâmico, ela estuda, controla, expõe e analisa as modificações ocorridas no patrimônio, principalmente em razão das atividades desempenhadas na sua gestão.
 - (C) O patrimônio de uma entidade (pessoa jurídica) é movimentado e modificado em função dos acontecimentos diários, que são registrados pela contabilidade, que fornece informações deste patrimônio à sociedade.
 - (D) O patrimônio é determinado como o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, avaliáveis exclusivamente em dinheiro vinculado à entidade pela propriedade ou por cessão a qualquer título.
 - (E) A característica do patrimônio é evidenciada pela economia como os elementos imateriais, exteriores ao homem, que servem para debelar suas necessidades.
23. A Resolução CFC nº 750/93, de 29/12/1993 (publicada no DOU de 31/12/1993), com redação da Resolução nº 1.282/10, estabelece os seguintes princípios de contabilidade. Neste sentido, a assertiva que determina a obrigatoriedade de sua observância no exercício da profissão contábil é:
- (A) O patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual. O princípio da entidade se estrutura na personalidade (entidade e proprietário(s) são pessoas distintas, inclusive juridicamente) e na autonomia patrimonial (patrimônio. personalizado e autônomo).
 - (B) A vida da entidade é continuada, por consequência, como as demonstrações contábeis podem ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes, em que o princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
 - (C) As mudanças nos ativos, passivos e na expressão contábil Patrimônio Líquido devem constar, formalmente, nos registros contábeis, logo que ocorrerem. O princípio da oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas das entidades sem necessidade de ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade.
 - (D) O registro dos fatos contábeis pode ser determinado monetariamente através da atualização do patrimônio. O princípio da atualização monetária considera os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais sem quaisquer alterações.
 - (E) A proteção do capital total das empresas evita que sejam distribuídos lucros que na verdade não são auferidos. O princípio da prudência determina a adoção do maior valor para os componentes do ativo e do menor valor para os do passivo, sempre que apresentarem alternativas igualmente válidas para as quantificações das mutações patrimoniais que alteram o patrimônio líquido.

24. O artigo 176 da Lei nº 6.404/76 estabelece que, no final de cada exercício social, a diretoria da empresa deve elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações financeiras:
- (A) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.
 - (B) Balanço Patrimonial, Balancete Contábil, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (C) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
 - (D) Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração Resultado Abrangente.
 - (E) Balanço Patrimonial, Balancete Contábil, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Valor Adicionado.
25. A empresa comercial Esperança e Sonhos Produtos Ltda. encerrou seu exercício social no último dia do ano corrente, contabilizou por duas vezes o mesmo fato contábil em 31/10/X4, caracterizando o erro de escrituração conhecido como duplicidade de lançamento. Esse erro só foi constatado no exercício seguinte. Os Lançamentos foram feitos a débito da conta do resultado e a crédito de conta do passivo circulante. Em fase dessa ocorrência, pode-se dizer que, no balanço patrimonial de 31/12/X4, o resultado assertivo foi:
- (A) A situação líquida da empresa foi superavaliada.
 - (B) O ativo circulante da empresa foi subavaliado.
 - (C) O passivo circulante da empresa apresentou uma redução indevida.
 - (D) A situação líquida da empresa não foi afetada.
 - (E) O patrimônio Líquido da empresa apresentou uma redução indevida.
26. No que se refere às normas legais sobre escrituração contábil, é CORRETO afirmar:
- (A) Em conformidade com o art.1.179 do Código Civil, o empresário (exceto pequeno empresário) e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico (demonstração do resultado do exercício). Todavia, as sociedades anônimas têm suas demonstrações obrigatórias previstas na Lei 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.
 - (B) A escrituração deve ficar sob a responsabilidade da entidade pessoa jurídica, com especificações em idioma e moeda corrente do país e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas, ou transportes para as margens. É permitido o uso do código de números ou abreviaturas que constam no livro próprio, regularmente autenticado.
 - (C) No Diário, devem ser lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa. É obrigatório lançar, no livro Diário, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado econômico e o balancete de verificação, devendo ser assinados pelo contabilista legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.
 - (D) A escrituração da sociedade anônima deve ser mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e a Lei nº 6.404/76 e aos princípios de contabilidade, devendo observar métodos ou critérios contábeis diferenciados no tempo e registrar as mudanças patrimoniais segundo o regime de competência.
 - (E) A companhia observará em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas na Lei 6.404/76, as disposições da lei tributária, ou da legislação especial sob a atividade que constitui atividades diferenciadas do seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.
27. A contabilidade comercial permite controlar a movimentação do patrimônio das empresas comerciais, registrando atos e fatos administrativos decorrentes da gestão dessas empresas. Neste sentido, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Servindo de intermediárias nas trocas, as empresas comerciais comprem as mercadorias para depois revendê-las.
 - (B) As empresas comerciais possuem seu objeto principal voltado à comercialização de mercadorias, podendo também possuir como atividades secundárias outros tipos de comercialização.

- (C) As empresas que fornecem mercadorias para as empresas comerciais são conhecidas como empresas fornecedoras ou fornecedores.
- (D) Podemos dizer que o custo da mercadoria é o somatório do valor indicado na nota fiscal mais as despesas acessórias que correm por conta do comprador (destinatário), estando estas despesas constando da própria nota fiscal ou em documento separado até a entrada da mercadoria em seu estabelecimento.
- (E) As compras anuladas correspondem à validação de valores registrados como compras. Uma vez efetuada a compra poderá ocorrer sua anulação total ou parcial por motivos variados, tais como mercadorias recebidas de qualidade inferior às adquiridas.

28. Considerando o estudo sobre operações com pessoal, é CORRETO afirmar que:

- I. Folha de pagamento é um documento em que são relacionados os nomes dos empregados da empresa, o valor bruto dos salários, os descontos ou abatimentos e o valor líquido a receber;
- II. No final de cada mês, a empresa elabora a folha de pagamento e efetua os registros de apropriação da referida folha. No mês seguinte, a empresa efetuará o pagamento dos empregados e procederá aos recolhimentos necessários;
- III. O salário de contribuição é um valor fixado pela empresa que serve de base para o cálculo das contribuições e prestações previdenciárias. Sua importância corresponde a partir de 8% do salário base do empregado;
- IV. Segundo a legislação atual, todo empregado assalariado, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está obrigado a contribuir com a Previdência Social;
- V. A contribuição previdenciária descontada em folha varia de acordo com a faixa salarial de cada empregado e é calculada mediante a aplicação de uma alíquota (porcentagem) sobre o salário de contribuição.

- (A) A primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa.
- (B) As três primeiras proposições são falsas.
- (C) A terceira proposição é falsa e as demais são verdadeiras.
- (D) A segunda e a terceira proposições são verdadeiras e a primeira é falsa.
- (E) Todas as proposições são verdadeiras.

29. A empresa comercial Alfa Ltda., ao final de determinado exercício social, quando do encerramento (levantamento de balanço), a entidade apresentou, em R\$, as seguintes informações parciais antes da elaboração do balanço:

- Dinheiro, em espécie..... R\$ 20.000,00
- Saldo bancário R\$ 100.000,00
- Adiantamentos a empregados (2 meses) R\$ 5.000,00
- Adiantamentos a diretores (2 meses) R\$ 15.000,00
- Empréstimos a controladas (2 meses)..... R\$ 50.000,00
- Estoques R\$ 500.000,00

Considerando, exclusivamente, as informações acima e as determinações da Lei 6.404/76, o valor do Ativo Circulante, em R\$ é:

- (A) 120.000,00.
- (B) 220.000,00.
- (C) 525.000,00.
- (D) 630.000,00.
- (E) 640.000,00.

30. Determine a assertiva em que consta o saldo do Balanço Patrimonial da empresa comercial Beta Empreendimentos Ltda.

Caixa	50.000,00
Capital	298.000,00
Banco Conta Movimento	30.500,00
Móveis e Utensílios	10.000,00
Estoque de Mercadorias	25.000,00
Vendas	22.700,00
Duplicatas a Pagar	7.000,00
Duplicatas a receber	6.200,00

Imóveis	150.000,00
Impostos a recolher	16.700,00
Veículos	50.000,00
Juros Passivos	6.000,00
Juros Ativos	5.000,00
Descontos obtidos	1.000,00
Alugueis Passivos	12.000,00
Retirada de Pró-Labore	10.700,00

- (A) 350.700,00
- (B) 350.400,00
- (C) 344.400,00
- (D) 321.700,00
- (E) 350.200,00

31. A Contabilidade Tributária Fiscal determina à característica tributária das formas de escrituração de uma entidade, pessoa jurídica, conforme seu regime de tributação atribuído por sua legislação. Diante disso, identifique a opção CORRETA.

- (A) Para atender à legislação fiscal, no tocante às exigências da aplicação dos corretos princípios, deve acompanhar a evolução da contabilidade, com a promulgação da Lei 6.404/76, atualizada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.
- (B) A responsabilidade pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, de forma a expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais, é direcionada a contabilidade tributária fiscal.
- (C) A contabilidade tributária fiscal observará a escrituração dos documentos fiscais em livros fiscais próprios ou registros auxiliares, para apurar e determinar o montante do tributo a ser recolhido dentro do prazo antes do encerramento do período de apuração.
- (D) Apuração com exatidão do resultado tributável de determinado exercício fiscal, com base na legislação pertinente, é calculado mediante uma única forma de tributação.
- (E) De acordo com os preceitos tributários, a vontade das partes pode ser alterada ou modificada após o fato gerador ter ocorrido dentro do exercício social tributário vigente.

32. O ICMS é regulamentado, em suas normas gerais, pela Lei Complementar nº 87/96 e pelos convênios firmados entre os diversos Estados. Com relação à incidência deste imposto, assinale a opção falsa.

- (A) Prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- (B) Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- (C) Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços, mesmo que compreendidos na competência tributária dos municípios.
- (D) Entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade.
- (E) Contribuinte do imposto é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação.

33. No que se refere ao tributo ISS, assinale a opção CORRETA.

- (A) Prestação de serviços é a transferência onerosa, por parte de uma pessoa (física ou jurídica) para outra, de um bem imaterial. Traduz-se pela venda de bens imateriais, incorpóreos, que se encontram no circuito econômico produção-circulação.
- (B) A prestação de serviços abrange o fornecimento do trabalho. O fato de haver fornecimento de materiais exclui a espécie de circulação, e, por extensão, o respectivo fato gerador.
- (C) Nos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, a base de cálculo será proporcional à extensão destes itens existentes iguais para todos os municípios.
- (D) Poderá ser tributado o ISS para as exportações de serviços para o exterior do país, a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações.

- (E) O ISS tem sua estrutura básica definida na CLT, que estabelece o preço do serviço como base de cálculo do imposto devido pelo contribuinte pessoa (física ou jurídica).
34. Os objetivos da seguridade social são os de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, assim apresenta-se o Cofins, uma contribuição social para financiamento da seguridade social, nos termos do inciso I do art.195 da Constituição Federal, um tributo que incide sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas. Assim assinale a assertiva que identifica as entidades desobrigadas ao recolhimento da Cofins:
- (A) As instituições Financeiras.
(B) As construtoras.
(C) As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) que optarem pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições (simples), no período em que ficarem submetidas ao regime simplificado.
(D) As entidades beneficentes de assistência social, mesmo que não cumpram os quesitos estabelecidos pela lei para o enquadramento como entidade filantrópica.
(E) As sociedades cooperativas de consumo, com observância do disposto na legislação própria, cujo objetivo é a compra e o fornecimento de bens aos consumidores.
35. A tributação é válida quando exercida na forma e medida admitidas pela Constituição Federal. Nesse sentido, deve determinar:
- (A) O Direito Tributário é construído em torno da noção de tributo e das relações entre o fisco e os sujeitos ativos, possuindo a condição estabelecida para o estudo do tributo como sendo a receita derivada, compulsoriamente lançada e arrecadada pelo Estado.
(B) O Direito Tributário determina com ênfase o papel do Estado junto à sociedade, de maneira não compulsória como relação direta do recolhimento dos tributos junto aos contribuintes.
(C) O Direito Tributário é o ramo do direito público que rege as relações jurídicas entre o Estado e os particulares, decorrentes da atividade financeira dos contribuintes no que se refere à obtenção de receitas derivadas.
(D) O Direito Tributário entende que a tributação, no Estado de Direito Democrático, constitui instrumentos individuais dos sujeitos em sociedade, sendo que, por meio das receitas tributárias, são viabilizadas a manutenção das estruturas políticas e administrativas do Estado e as ações de governo.
(E) O Direito Tributário é a ciência que estuda os princípios e normas que disciplinam a ação estatal de exigir tributos, preocupando-se com as relações jurídicas que, em decorrência da tributação, se estabelecem entre o fisco e os contribuintes.
36. No que determina a CRFB/1988, identifique: para a assertiva (V) verdadeira e (F) para falsa, conforme as afirmativas abaixo:
- () Pode-se determinar, conforme a Teoria Geral do Estado, a definição sobre ESTADO como sendo a nação política e juridicamente organizada.
() Os tributos são determinados pelos entes da federação, em acordo com sua competência devida.
() Em regime de tributação, a legislação das micro e pequenas empresas pode apresentar uma norma de tratamento diferenciado e favorecido, devido ao porte desse tipo de entidades pessoas jurídicas.
() A atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, trouxe profundas e importantes modificações para o sistema tributário nacional, principalmente em relação à redistribuição dos recursos entre os entes federativos.
() O processo de arrecadação tributária é de responsabilidade indireta dos entes da federação, sendo exclusiva da União e Distrito Federal.
- (A) V; V; F; V; F.
(B) F; F; V; V; F.
(C) V; F; V; V; F.
(D) V; F; V; V; V.
(E) V; V; V; F; V.
37. Considerando o Sistema Tributário Nacional, determine (V) para a assertiva verdadeira e (F) para a falsa:
- () A atividade financeira do Estado é determinada pelo conjunto de atos voltados para a obtenção, gestão e aplicação de recursos pecuniários nos fins perseguidos pelo Poder Público.

- () Os tributos ou exações fiscais são receitas derivadas, arrecadadas pelo Estado, para financiar a despesa pública. Caracteriza-se pelo instrumental necessário à obtenção de recursos, visando à viabilização do atendimento e à satisfação das necessidades públicas.
- () Os tributos são receitas derivadas, arrecadadas pelo Estado, para financiar a despesa pública e os gastos dos sujeitos ativos, sendo arrecadados conforme a legislação tributária vigente para cada entidade determinada por pessoa física ou jurídica.
- () Os tributos são a principal receita financeira do Estado, classificando-se como receita derivada, porque advinda do patrimônio privado, e compulsória, uma vez que decorre lei, independente da vontade das pessoas de contribuírem para o custeio da atividade estatal.
- () O Sistema Tributário Nacional está tratado no Capítulo I do Título VI da CF, capítulo este que vai do art.145 ao art.162, e é formado pelas normas constitucionais de Direito Tributário.

- (A) V; V; V; V; V.
- (B) V; V; F; V; V.
- (C) F; V; F; F; V.
- (D) V; V; F; F; V.
- (E) V; F; V; F; V.

38. Em relação aos Princípios Constitucionais Tributários e à Hierarquia do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção que indica o princípio constitucional que determina, através da legislação, a possibilidade de exigir ou aumentar tributos através de Lei que estabeleça. “Assim, não é possível aumentar tributo, seja pela elevação de alíquota, seja pela ampliação da base de cálculo, através de fontes chamadas secundárias (instruções normativas, decretos, portarias, atos declaratórios)”. Refere-se ao princípio:

- (A) Princípio da Anterioridade.
- (B) Princípio da Irretroatividade Tributária.
- (C) Princípio da Hierarquia.
- (D) Princípio da Legalidade.
- (E) Princípio da Isonomia Tributária.

39. Conforme o disposto na Constituição Federal/1988, a competência para instituição de impostos divide-se em federal, estadual e municipal, segundo dispõem os arts.153,155 e 156. Neste sentido, relacione os seguintes tributos cada um com a devida competência dos entes estatais e identifique a assertiva CORRETA.

- (U) UNIÃO
- (E) ESTADOS E DISTRITO FEDERAL
- (M) MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

- a.() Imposto sobre Importação.
- b.() Imposto sobre a propriedade de veículos automotores nos Território.
- c.() Imposto de Produtos Industrializados.
- d.() Imposto sobre Transmissão Inter Vivos.
- e.() Impostos Residuais.
- f.() Imposto sobre Serviços.
- g.() Imposto sobre Operações Financeiras.
- h.() Imposto sobre Exportação.
- i.() Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.
- j.() Imposto sobre a Renda e Proventos.
- k.() Imposto sobre Grandes Fortunas.
- l.() Imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação.
- m.() Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- n.() Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e Comunicação.
- o.() Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbano.
- p.() Imposto Extraordinário de Guerra.

- (A) U, E, U, M, U, M, U, U, E, U, U, E, U, E, M, U.
- (B) E, E, U, U, E, M, U, U, E, U, U, E, U, M, E, E.
- (C) U, M, E, M, E, U, M, E, U, M, U, E, U, M, E, E.
- (D) U, E, U, M, U, M, U, U, M, E, U, E, U, E, M, U.
- (E) E, E, U, M, U, M, U, U, M, U, E, E, U, E, M, U.

40. O imposto sobre serviços de qualquer natureza é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal, que incide sobre os serviços prestados pelas empresas - pessoas jurídicas, ou pelos profissionais autônomos, desde que o fato gerador do serviço já não seja de competência tributária do Estado ou da União. A relação do Município junto ao ISS se dá como.

- (A) Contribuinte.
- (B) Responsável.
- (C) Sujeito Ativo.
- (D) Sujeito Passivo.
- (E) Solidariamente Obrigado.

41. Considerando a base de cálculo, as alíquotas e o local da prestação do serviço e recolhimento do tributo, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, considerando-se o preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.
- (B) A fixação de alíquota é atribuição da legislação de cada município devido ao grande número de municípios existentes no Brasil.
- (C) O ISS é devido para o município do estabelecimento do prestador do serviço ou, na falta de estabelecimento, o local do domicílio do prestador. No caso da construção civil, o tributo é devido para o município onde se localiza a obra que está sendo executada.
- (D) Conforme a Lei Complementar nº 116/03, em seu art. 8º, “as alíquotas máximas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes: I- vetado. II- demais serviços, 5% (cinco por cento)”.
- (E) O ISS, conforme legislação, incide especialmente sobre: as exportações de serviços para o exterior do país; o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de créditos realizadas por instituições financeiras.

42. Em relação ao Imposto sobre Propriedade Urbana, pode-se afirmar:

- I. O IPTU é um imposto direto, que incide sobre a propriedade imobiliária;
- II. As situações em que nascem a obrigação de pagar o IPTU são a propriedade, o domínio útil ou a posse;
- III. A base de cálculo do IPTU é o valor venal da unidade imobiliária, assim entendida o valor que está alcançando para a compra e venda à vista segundo as condições do mercado;
- IV. O contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel que estiver registrado na Secretaria Estadual de Fazenda;
- V. Apesar de o fato gerador do imposto ser a propriedade do imóvel no início do ano, entende-se que o IPTU é pago em relação ao exercício anterior.

Com base nas assertivas acima, assina a opção CORRETA.

- (A) Apenas I; II e V estão corretas.
- (B) Apenas I; II e IV estão corretas.
- (C) Apenas II; III e V estão corretas.
- (D) Apenas I; II e III estão corretas.
- (E) Apenas I e II estão corretas.

43. Com relação à incidência dos tributos, assinale a opção INCORRETA.

- (A) O IPTU é isento em imóveis localizados em áreas que constituem reserva florestal.
- (B) O IPVA não será cobrado sobre os veículos de propriedade: dos partidos políticos e suas fundações.
- (C) O ITBI é isento sobre a indenização de benfeitorias necessárias pelo proprietário do imóvel ao locatário.
- (D) As alíquotas do IPVA são iguais em todo o Brasil, possuindo isenção sobre templos de qualquer natureza.
- (E) O IPTU é isento em imóveis efetivamente ocupados por templos religiosos, centros e tendas espíritas (imunidade constitucional).

44. “O Contribuinte é o sujeito passivo da obrigação tributária que possui relação direta com o fato gerador. Por exemplo, a prestação de serviço (ISS) ou o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), são considerados _____. Existem dois tipos de contribuintes: o _____, que efetivamente suporta o ônus tributário; e o _____, o qual a Lei determina para responder pela obrigação tributária.” (Texto adaptado do livro Manual da Contabilidade Tributária, Pegas, 2011, p.45)

A seguir, determine a relação assertiva da obrigação tributária:

- (A) Tributos – Contribuinte de Fato – Contribuinte Responsável
(B) Contribuinte de Fato – Tributo – Contribuinte Responsável
(C) Tributo – Contribuinte Isento – Contribuinte Responsável
(D) Contribuinte de Fato – Contribuinte Responsável – Tributo
(E) Tributo – Contribuinte de Fato – Fisco
45. No que se refere ao processo administrativo relacionado ao procedimento fiscal, marque a opção CORRETA.
- (A) O procedimento fiscal inicia-se com a apreensão de mercadorias, documentos ou livros no que se refere a entidade física ou jurídica.
(B) O auto de infração será lavrado por servidor competente no estabelecimento das finanças, onde ocorrerá obrigatoriamente a qualificação do autuado.
(C) O servidor que verificar a ocorrência da infração à legislação tributária e, se o mesmo não for competente para formalizar a exigência, lavrará o auto de infração direcionado ao contribuinte infrator.
(D) O procedimento fiscal tem início com o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto.
(E) Cabe à entidade pessoa jurídica provar os fatos alegados no auto de infração, tais como elementos constitutivos do lançamento tributário, verificando assim o ônus da prova.
46. Em conformidade com Código Tributário de Timon - Lei Complementar N° 025, Em determinação ao seu art. 6º sobre o que é vedado ao Município de Timon, além de outras garantias asseguradas ao contribuinte. Marque a opção que se refere a II – cobrar tributos:
- (A) em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
(B) no exercício financeiro posterior em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
(C) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea “b” II, deste inciso.
(D) no exercício financeiro que determina a obrigatoriedade do contribuinte pessoa física.
(E) antes de decorridos 60 (sessenta) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
47. O tributo é a relação jurídica que se estabelece entre o Fisco e o Contribuinte. Podem-se determinar os tributos que integram o Sistema Tributário do Município de Timon, em conformidade com o Código Tributário de Timon - Lei Complementar N° 005.
- (A) I – os impostos: IPTU, ITBI e ISS, II – as taxas: TPP (exercício regular do poder de polícia) e TSP (utilização de serviços públicos). III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, e de custeio para a iluminação pública.
(B) I – os impostos: ICMS, ITBI e ISS. II – as taxas: TPP (exercício regular do poder de polícia) e TSP (utilização de serviços públicos). III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, e de custeio para a iluminação pública.
(C) I – os impostos: ICMS, IPTU e ISS. II – as taxas: TPP (exercício regular do poder de polícia) e TSP (utilização de serviços públicos). III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, e de custeio para a iluminação pública.
(D) I – os impostos: ICMS, IPTU e ITBI. II – as taxas: TPP (exercício regular do poder de polícia) e TSP (utilização de serviços públicos). III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, e de custeio para a iluminação pública.
(E) I – os impostos: IPTU, ITBI e ISS. II – as taxas: TSM (taxa de serviço de mortalidade) e TSP (utilização de serviços públicos). III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, e de custeio para a iluminação pública.
48. Considere as seguintes assertivas:
- I. À Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV compete assistir direta e imediatamente o Prefeito; formular a política de governança institucional de forma integrada com as demais secretarias e submetê-la ao Prefeito;
II. À Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - SEMAG compete a gestão dos recursos humanos; coordenar as atividades de registro e pagamento de pessoal; expedir atos administrativos em matéria de pessoal da Administração Direta do Poder Executivo;
III. A Coordenação Geral de Controle das Licitações do Município de Timon – CGCL é órgão integrante da administração direta, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, sem autonomia administrativa, financeira, técnica e dotação orçamentária, a quem compete executar, acompanhar

e controlar todos os procedimentos licitatórios realizados pelo Município juntamente com a secretaria municipal;

- IV. À Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLAN compete planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas à gestão pública; elaborar a programação orçamentária, obedecendo as secretarias estaduais de finanças.
- V. A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRAH é o órgão responsável pela execução das diretrizes de governo voltadas para as intervenções urbanas referentes às obras públicas de construção de novos equipamentos, acessos viários e implantação de serviços públicos essenciais, visando à melhoria na qualidade de vida dos munícipes; executar e fiscalizar, direta ou indiretamente, as obras públicas de responsabilidade do município de Timon - MA.

- (A) Apenas III; IV e V estão corretas.
- (B) Apenas I; II e V estão corretas.
- (C) Apenas II; III, e V estão corretas.
- (D) Apenas I; II e III estão corretas.
- (E) Apenas I; III e V estão corretas.

49. Para os elementos do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarado pelo contribuinte, quer apurados pelo Fisco, registrados até o último dia do exercício anterior, de acordo com o art.19 da Lei Complementar nº 005, o lançamento conterà obrigatoriamente:

- (A) O nome do sujeito passivo; II- a identificação da prestação de serviço; III- o montante do tributo devido.
- (B) O nome do sujeito ativo; II- a identificação do imóvel; III- o montante do tributo devido.
- (C) O nome do sujeito passivo; II- a identificação do imóvel; III- o montante do parcelado tributo devido.
- (D) O nome do sujeito passivo; II- a identificação do imóvel; III- o montante do tributo devido.
- (E) O nome do sujeito passivo; II- a identificação do imóvel; III- o nome do contribuinte.

50. No que se refere à prova de quitação de tributo, será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido, além de outras exigidas pelo Fisco. A Certidão Negativa será fornecida:

- (A) No prazo de dez dias da data do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.
- (B) Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido será liberado, onde a expedição da certidão negativa impedirá a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.
- (C) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Municipal, será de responsabilidade do município que a expedir, pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.
- (D) A certidão negativa será emitida obedecendo a um prazo de 10 a 20 dias da data do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade do servidor.
- (E) A Certidão Negativa da pessoa jurídica será emitida pelo fisco através de requerimento apresentado pelo servidor público.